



Religião e Sociedade: Hegemonia ou Submissão

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Religião e Sociedade: Hegemonia ou Submissão

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
R382	Religião e sociedade [recurso eletrônico] : hegemonia ou submissão / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-685-0 DOI 10.22533/at.ed.850190710 1. Religião e política. 2. Religião e sociologia. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 291.177
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Compreender o paradoxo da constituição de nosso espaço público republicano, que ao laicizar o Estado criou relações privilegiadas com a Igreja católica é crucial para se compreender a organização do campo religioso brasileiro. Interseções. O Campo religioso brasileiro. até meados do século XX, assim como a natureza das novas transformações acentuadas a partir da década de 1960 (inclusive aquelas ocorridas no seio do próprio catolicismo). Pode-se dizer que, durante a primeira metade do século XX, o espaço público republicano destinado às religiões foi desenhado sob a hegemonia das instituições católicas, que contaram com a simpatia e a cumplicidade de inúmeras esferas do Estado. O que ocorreu a partir da segunda metade do século XX é que a Igreja Católica passou a perder sua posição hegemônica e sofreu enorme desgaste. Tal instituição inauguraria uma abertura diplomática em relação aos “povos não-crentes” e passaria a admitir o esforço pelo reconhecimento das religiões não ocidentais e de outros ramos do cristianismo, mesmo aqueles gerados dentro de suas próprias estruturas de outrora, e expurgados como expressão do paganismo ou do diabo. A partir de então, estratégia convencional de combate direto a outros cultos, já sem eficácia, abriu caminho para que outros cultos disputassem a legitimidade de sua presença no espaço social. O enfraquecimento da hegemonia católica criou assim condições para que a liberdade religiosa viesse a ser uma experiência social de mais amplo espectro (ALMEIDA & MONTERO, 2000:328-330). Em muitas nações católicas, a passagem para a segunda metade do século XX foi um momento marcado pelo desejo das próprias comunidades católicas locais de uma ampla reforma litúrgica. Isso se traduziu nos primeiros esforços efetivos tomados durante o pontificado de Pio XII (1939-1958) de aproximação com os grupos afastados da Igreja e da fé, e, assim, de um maior diálogo com as religiosidades nativas e populares, abrindo a possibilidade de um melhor entendimento com outras religiões.

Apesar da multiplicidade de planos que perpassam a experiência histórica que levou até o Concílio Vaticano II, incluindo aí questões particulares da Igreja romana e da Igreja Católica no Brasil, as principais linhas de força da primeira metade do século XX que influíram na caminhada até ele podem ser resumidas em cinco mudanças fundamentais: um novo posicionamento da Igreja diante da modernidade e do mundo; uma alteração profunda na compreensão do conceito de “leigo”, que levou a uma participação mais efetiva do povo na vida da Igreja; uma renovação eclesial e litúrgica aproximando clero e fiéis; a intensificação da participação e organização comunitária na Igreja e a guinada em direção a um discurso conciliador com a realidade da diversidade religiosa. Dessa forma, pode-se definir esse percurso histórico como um esforço renovador da Igreja Católica; inicia-se durante o fim da primeira metade do século XX, ganhando maior intensidade e densidade ao longo da década de 1950, até culminar na ocorrência do Concílio Vaticano II. Essa atitude inovadora, embora só se

estabeleça efetivamente após o Concílio Vaticano II, emergiu como uma alternativa à defesa da fé católica em termos apologéticos, característica do episcopado brasileiro durante toda a primeira metade do século XX. Portanto, em relação às outras religiões e às “religiosidades populares”, a grande inovação promovida pelo Concílio Vaticano II foi a passagem de uma atitude combativa, em contraposição às outras vertentes religiosas, para uma atitude de relativa compreensão e diálogo. Essas e outras profundas inovações convergentes no Concílio Vaticano II não se instalaram de forma imediata na sociedade, e também não foram decididas sem conflitos. Vários modelos eclesiológicos estavam em jogo. A abertura ao diálogo com o mundo contemporâneo e com as outras religiões ocorreu num período de maior aprofundamento das transformações em trânsito no século XX, e conseqüentemente de um profundo deslocamento do lugar na religião e da cristandade nas sociedades. No caso de muitos países ocidentais, incluindo o Brasil, a cristandade deixaria de ser o eixo estruturante do conjunto social, para que agora tivesse que “conquistar com suas próprias forças um espaço, a partir da consciência individual, não obstante sua marginalização na vida pública” (MATOS, 1997:341). Esse processo de mudanças históricas instaladas pelo Concílio Vaticano II ainda permanece em andamento, com retrocessos e avanços eventuais, de forma que mais de 40 anos depois ainda seja difícil prever ou mensurar o impacto efetivo e definitivo das propostas lançadas pelo Concílio. Campo religioso brasileiro na contemporaneidade? Creio que o melhor equacionamento de tal questão só é possível utilizando-se como lente de análise de estudos a Sociologia da Religião contemporânea, que, de alguma forma, encontram como denominador comum as questões pioneiramente propostas por Simmel, que no início do século XX indagou qual seria o papel ocupado pela religião em meio às transformações da sociedade moderna. A busca hoje do pertencimento a manifestações religiosas “populares”, notadamente expressões coletivas da fé, pode também ser interpretada como busca individual pela transcendência ou espiritualidade por meio dos elementos mágico-afetivo-sensitivos presentes em tais cultos/festejos e consoante os atributos da mística: suas dimensões coletivas (e muitas vezes festivas) permitem também o contato direto com o universo do sagrado sem a obrigação de intermediações hierárquicas ou ritos inflexivelmente estruturados, em grande parte através de recursos rituais permeados pela música, pela dança ou pela teatralidade. São formas de agradar tanto aos sentidos, quanto a Deus, aos santos ou entidades sagradas. Além disso, a relação com o universo do sagrado dá-se tanto individual como coletivamente, no prazer transcendente do contato consigo e com o outro. Assim, pode-se dizer que hoje manifestações religiosas “populares” ganham novo sentido de existência diante das profundas mudanças ocorridas no campo religioso brasileiro, pois, em sua dinamicidade, reúnem aspectos da comunidade, da igreja e da mística, permitindo o multipertencimento da religiosidade transversal contemporânea, seja ele concomitante ao catolicismo, ao kardecismo ou aos terreiros. Além disso, a pertença a tais manifestações e a notoriedade pública proporcionada

por ela constitui também capital cultural individual e coletivo, que possibilita (auto) afirmação identitária e pertencimento a um grupo (mesmo que flexível), além da atribuição a tais manifestações do status de patrimônio cultural.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IGREJA CATÓLICA: SEXUALIDADE E A DITADURA MILITAR NO BRASIL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Monica Soares	
Paulo Rennes Ribeiro Marçal	
Isabel Cristina Correa Cruz	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Andreza de Souza Fernandes	
Fernando Sabchuck Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.8501907101	
CAPÍTULO 2	12
A FUNÇÃO ECLESIAL DOS CARISMAS EM 1COR 12	
Marcela de Jesus Dias	
Vicente Artuso	
DOI 10.22533/at.ed.8501907102	
CAPÍTULO 3	20
ITINERÁRIO DA SINODALIDADE NA IGREJA: DAS ORIGENS DA IGREJA À VOLTA ÀS FONTES DO VATICANO II	
Pedro Paulo das Neves	
DOI 10.22533/at.ed.8501907103	
CAPÍTULO 4	38
ECOFEMINISMO: EM DEFESA DA DIGNIDADE DAS MULHERES E DA NATUREZA	
Severino Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8501907104	
CAPÍTULO 5	49
AS BASES FILOSÓFICAS DA VISÃO NA CONTEMPORANEIDADE A RESPEITO DE DEUS	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Haroldo Baade	
DOI 10.22533/at.ed.8501907105	
CAPÍTULO 6	60
ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA. PASTORAIS SOCIAIS NA DIOCESE DE JOINVILLE – ANOS 1960-1990	
Rebecca Wuerz Balsanelli	
Rita de Cássia Pacheco	
Clélia Peretti	
DOI 10.22533/at.ed.8501907106	
CAPÍTULO 7	71
FUNDAMENTALISMOS, INTOLERÂNCIAS E LAICIDADES: A RELIGIOSIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.8501907107	

CAPÍTULO 8	82
MARIOLOGIA DE ANTÔNIO CONSELHEIRO: A MARIA DAS 'PRÉDICAS AOS CANUDENSES	
Izaías Geraldo de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.8501907108	
CAPÍTULO 9	90
PERSEGUIÇÃO CONTRA RELIGIÃO AFRO BRASILEIRA AUMENTA VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Flávia Abud Luz	
Monica Abud Perez de Cerqueira Luz	
DOI 10.22533/at.ed.8501907109	
CAPÍTULO 10	99
RELIGIÃO E A POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE O ELEITORADO EVANGÉLICO	
Leandro Ortunes	
Silvana Gobbi Martinho	
Tathiana Senne Chicarino	
DOI 10.22533/at.ed.85019071010	
CAPÍTULO 11	104
UM REFORMADOR BRASILEIRO NO BRASIL IMPERIAL	
Raimundo Nonato Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.85019071011	
CAPÍTULO 12	116
OS CONTORNOS DA TÉCNICAS DE SI NA SEXUALIDADE E NA HISTÓRIA DA RELIGIÃO NO BRASIL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Maria Regina Momesso	
Fernando Sabchuk Moreira	
Andreza de Souza Fernandes	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Isabel Cristina Correa Cruz	
Valquíria Nicola Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85019071012	
SOBRE A ORGANIZADORA	130
ÍNDICE REMISSIVO	131

ECOFEMINISMO: EM DEFESA DA DIGNIDADE DAS MULHERES E DA NATUREZA

Severino Arruda da Silva

Universidade Católica de Pernambuco
Recife – PE

RESUMO: Ecofeminismo é definido como um movimento organizado pelas mulheres e que procura superar a visão dualista entre o homem e a mulher, entre o ser humano e a natureza, através do estabelecimento de relações mais integradas entre os seres humanos e com toda a criação. Este estudo tem o propósito de contribuir para o debate e a compreensão do ecofeminismo, na luta pela diminuição das desigualdades entre os gêneros; promover reflexões, tomadas de posição em defesa da dignidade das mulheres e do cuidado com a vida. Considerando os objetivos desse estudo, seu desenvolvimento baseou-se em textos acadêmicos que abordam o tema ecofeminista, realizando análises críticas das tendências do ecofeminismo e fazendo reflexões considerando o empobrecimento oriundo do domínio sobre as mulheres e a degradação ambiental. Consideramos que o ecofeminismo tem avançado de forma significativa, a partir da sua origem, na década de 70 do século passado, atuando na defesa das causas das mulheres e das questões ambientais; porém, suas ideias, propostas e ações precisam chegar com mais ênfase à população em geral, para que essa

possa repensar suas relações com a natureza, com vistas à compreensão, à mudança de comportamento e à superação do atual sistema de domínio e destruição, passando a atuar em defesa das mulheres e da nossa casa comum.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo. Mulher. Natureza. Ser humano.

ECOFEMINISM: IN DEFENSE OF WOMEN'S DIGNITY AND NATURE

ABSTRACT: Ecofeminism is defined as a movement organized by women and seeks to overcome the dualistic view of man and woman, between human beings and nature, by establishing more integrated relationships between humans and all creation. This study aims to contribute to the discussions and understanding of ecofeminism in the struggle to reduce inequalities between genders, promoting reflections, taking positions in defense of the dignity of women and caring about life. Considering the objectives of this study, its development was based in academic texts that approach the ecofeminist theme, performing critical analyzes of ecofeminism tendencies and doing reflections considering the impoverishment based on the domination over women and environmental degradation. We consider that ecofeminism cause has significantly grown since its origin in the 70's of last century, acting

in the defense of women's causes and environmental issues; however, its proposals and actions need to reach out to the population in general, promoting its rethink about the relationship with nature, changing its behavior to overcoming the current system of domination and destruction, acting in defense of women and our common home.

KEYWORDS: Ecofeminism. Woman. Nature. Human beings.

1 | INTRODUÇÃO

Ecofeminismo é definido como um movimento organizado pelas mulheres que procura conciliar a luta contra a dominação da mulher e da Natureza, com o propósito de desenvolver uma nova estrutura de relações entre homens e mulheres, bem como entre a humanidade, a Natureza e suas formas de vida. Considera que as mulheres, assim como a Natureza, são dominadas e exploradas dentro do sistema hierárquico patriarcal, havendo uma conexão político-ideológica entre a dominação das mulheres e da Natureza.

Nesse sentido, este estudo tem o propósito de contribuir para o debate e a compreensão das ideias, dos desafios e das ações do movimento Ecofeminista, na luta pela diminuição das desigualdades entre os gêneros; de promover reflexões, tomadas de posição em defesa da dignidade das mulheres, bem como o cuidado com todas as formas de vida da natureza. Além de promover a socialização do movimento Ecofeminista entre acadêmicos e públicos interessados nas causas ambientais e feministas.

Fizemos este estudo, a partir da pesquisa bibliográfica em textos acadêmicos que abordem a temática, sendo produzida análise crítica sobre o envolvimento do movimento feminista com as questões ambientais. O espaço de abordagem deste estudo é o Brasil; mas, como a origem e a fundamentação teórica do Ecofeminismo, em sua maioria, são dos países do Norte, não poderia deixar de comentar algumas experiências de outros países.

Ademais, convidamos o leitor para conhecer este trabalho sobre Ecofeminismo, começando com um breve resgate histórico desse movimento; seguido de uma análise das principais correntes e tendências Ecofeministas. Por último, mas não menos importante, abordamos os desafios ecofeministas de lutar pela dignidade da mulher e da natureza, diante das conjunturas sociais e ambientais atuais.

2 | BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO ECOFEMINISTA

O Ecofeminismo surgiu depois da Conferência Ambiental de Estocolmo, de 1972, tendo como pretexto as ideias dos movimentos feminista e ambientalista desenvolvidos na década anterior. Assim, em 1962, foi lançado o livro “Primavera Silenciosa”, escrito pela bióloga norte americana Rachel Carson, que poderia ser considerado como as primeiras ideias feministas de proteção ao meio ambiente, e

que inspirou a formação de movimentos ambientalistas em todo o mundo, ao abordar a problemática do uso indiscriminado dos agrotóxicos e a ética antropocêntrica de domínio e de exploração da natureza. Nesse período, os ambientalistas alegavam “que a violação dos princípios ecológicos teria alcançado um ponto tal que colocava em jogo a possibilidade de sobrevivência, a longo prazo, da própria humanidade” (MEDINA, 1997, p. 260).

A partir da década de 60, o movimento feminista atuou em defesa da natureza, principalmente através de ações antimilitaristas, contra as usinas nucleares, movimento que se espalhou na Europa e nos Estados Unidos. A crítica aos sistemas capitalista e patriarcal, bem como o antropocentrismo era agenda comum entre os grupos feministas, pacifistas e ecologistas nas manifestações públicas contestatórias.

Segundo Raquel Duarte (2015, p. 55), há um interessante debate sobre os objetivos ou a agenda dos movimentos ambientalistas e do Ecofeminismo. Apesar dos ambientalistas defenderem o controle de natalidade como uma medida de proteção do meio ambiente, este debate não é feito sob a perspectiva das ecofeministas, dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e, menos ainda, do direito ao aborto legal.

Diante desses desafios, surgiu o Ecofeminismo, um termo originalmente usado em 1974, pela socióloga feminista Françoise D’Eaubonne (1920-2005), em seu livro *Le féminisme ou la mort* “O feminismo ou a morte “. Nessa obra, a autora parte de um tema do feminismo que já vinha sendo trabalhado em décadas anteriores – Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres – e juntou à temática ambiental da Conferência Ambiental de Estocolmo de 1972 – Os limites do Planeta frente à superpopulação e ao consumismo, que defendia o crescimento zero e o controle populacional como forma de equilíbrio da Biosfera e da sobrevivência da humanidade.

Françoise se preocupava com o crescimento populacional; defendia o empoderamento da mulher tendo direito a seu corpo e à decisão de ter filhos, como forma de resolver o problema da superpopulação mundial. Ela sugere que, da mesma forma que a fertilidade e os recursos da Natureza são explorados pelo patriarcado, as mulheres são colocadas em situação de subordinação, em seu papel materno e doméstico na sociedade, uma vez que, ao relacionar o feminino unicamente a fatores biológicos/naturais, coloca a mulher na mesma posição da Natureza, tida como inferior, e a desvaloriza.

O período de 1975 a 1985 foi considerado a Década Internacional da Mulher, sendo que no ano de 1975 é considerado o momento em que o movimento feminista ganhou expressividade, incorporando segmentos sociais que marcaram a participação da mulher na esfera pública. Em 1978, Françoise fundou, na França, o movimento Ecologia e Feminismo, o qual defende que a mulher deve ser precursora nas transformações de pensamento de gênero, utilizando a Ecologia, impulsionando uma revolução ecológica capaz de salvar o planeta e de promover o empoderamento feminino.

“O Ecofeminismo consolida-se essencialmente durante a década de 80, em consequência da participação em movimentos ativistas pela paz e pelo desarmamento” (ASSIS, 2007, p. 27), devido à ameaça de destruição do planeta pelo uso de armas nucleares e de outras fontes tecnológicas. Também foram protagonistas nos protestos contra lixo tóxico e pesticidas.

O grupo Ecofeminista de maior expressão na América Latina é o “Coletivo Con-Spirando”, com sede em Santiago, Chile; desde março de 1992, publica a revista Con-Spirando, na qual são publicados textos de ecofeministas, para incentivar o diálogo sobre questões do interesse das mulheres.

De acordo com Ana Carolina Alves (2006, p. 83), a história do Con-Spirando está relatada no livro *Lluvia para florecer* e começa na década de 80, com a história pessoal de Mery Judith Ress, que viveu uma verdadeira odisseia, saindo do Chile para o Peru, depois Roma e retornando ao Chile 1991, onde fundou o Con-Spirando.

O Con-Spirando se intitula como um coletivo de mulheres que buscam novas visões na teologia, no cotidiano, na espiritualidade, na política, no Universo, na memória, no corpo e na cultura[...] Nisto, a figura divina é trabalhada para ser compreendida como assexuada e como “energia”, negando os padrões patriarcais de compreensão da presença de Deus como pai. Esta negatividade das figuras patriarcais para o ecofeminismo desafiaria a construção de uma teologia ecológica feminista que precisa repensar toda a tradição teológica Ocidental (ALVES, 2006, p. 85).

No Brasil, o Ecofeminismo se desenvolveu mais no sudeste do país, principalmente a partir do livro “Elogio da Diferença: o feminismo emergente”, de Rosiska Darcy de Oliveira, publicado em 1991, “representando o feminismo da diferença, pelo qual as mulheres deveriam conquistar os espaços sociais a partir de sua realidade própria ou de sua diferença em relação aos seres humanos” (GEBARA, 1997, p. 12).

Segundo Ana Cristina Assis (2007, p. 39), em 1991, ocorreu em Miami, Flórida, Conferência para um Planeta Saudável, tendo como objetivo a discussão do ambientalismo no contexto do conhecimento e das necessidades das mulheres. Na ocasião, foi criada a Organização Internacional das Mulheres para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WEDO), que tinha como objetivos o debate e a construção de ideias de

como transformar o Planeta em um lugar saudável e pacífico, com justiça social, política, econômica e ambiental para todos, através do empoderamento das mulheres em toda a sua diversidade, e pela sua participação equitativa com os homens em todos os espaços de decisão (ASSIS, 2007, p. 39).

Outro evento mundial que teve a participação do Ecofeminismo foi a Conferência Ambiental de do Rio de Janeiro - ECO 92. Nessa ocasião, de acordo com Ivone Gebara (1997, p. 12), “as questões Ecofeministas foram debatidas em alguns fóruns feministas brasileiros, embora não chegassem ao grande público e não ocupassem espaço significativo na imprensa e na maioria dos grupos de mulheres”. No espaço Planeta Fêmea, foram discutidas e defendidas as ideias do Ecofeminismo, tendo a

participação da ativista indiana Vandana Shiva, que se destacou, em seu país, ao questionar o uso da Ciência Moderna na destruição de sistemas comunitários de produção agrícola e florestal.

Entretanto, como as ideias eram recentes, a ação durante a Conferência foi discriminada pela maioria das ativistas femininas da época, não conseguindo um aprofundamento crítico das argumentações Ecofeministas com o total de público desejado.

Ainda segundo Ana Assis, durante a Conferência ECO 92, as ecofeministas defendiam,

um olhar feminino sobre o mundo, faziam críticas ao estilo predatório de consumo vindo do Norte, que agravava a pobreza do Sul, ressaltavam a importância das ações locais para a recuperação do ambiente, a relação entre saúde e ambiente e a problemática das mulheres, que, aliadas dessas grandes discussões, sofriam as consequências desses processos (ASSIS, 2007, p. 39).

Devemos considerar que na ECO 92, o objetivo principal do movimento feminista era lutar por direitos iguais de gênero, e não por questões mais sistêmicas, como as que relacionam a cultura patriarcal e as condições das mulheres à situação do planeta, o que poderia criar a ideia de companheirismo entre as causas feministas e ambientais para que, juntas, saíssem da situação de opressão.

Segundo Ana Assis, a ECO 92 teve o mérito de realçar a perspectiva feminina na abordagem dos problemas de desenvolvimento, do ambiente e da mulher. Durante esse evento:

Foi criada a Comissão Independente de População e Qualidade de Vida (ICPQV), presidida por Maria de Lourdes Pintassilgo; teve como vantagem a proposta de ações concretas para a resolução dos problemas de população e qualidade de vida, demonstrando a impossibilidade de dissociar elementos de uma mesma matriz, população, qualidade de vida, equilíbrio ambiental, erradicação da pobreza, integração da mulher e o cuidado pelo outro (ASSIS, 2007, p. 27).

Dentre as inúmeras lutas em defesa da Natureza em que os movimentos Ecofeministas brasileiros se encontraram inseridos neste início de século XXI, está a resistência às barragens, à privatização da água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou de sementes transgênicas, contra as usinas nucleares. Também mostraram seu protagonismo na construção de alternativas populares e sustentáveis, através da agroecologia e da agricultura familiar, do extrativismo, da proteção dos bosques e das florestas, dentre outros.

3 | TENDÊNCIAS E CORRENTES ECOFEMINISTAS

O Ecofeminismo possui uma pluralidade enorme de pensamentos, conceitos e propostas, envolvendo várias formas de expressão e teorias, correntes e tendências. Segundo Raquel Duarte (2015, p. 58), alguns autores classificam o Ecofeminismo nas tendências clássica, espiritualista e construtivista; outros classificam em diferentes

correntes Ecofeministas: cultural, liberal, social, radical ou revolucionário. Vejamos, a seguir, o que defendem as principais tendências.

O Ecofeminismo Clássico pressupõe uma ética feminina de proteção e de cuidado, conforme a qual as características femininas igualitárias e suas atitudes práticas acabam predispondo as mulheres ao pacifismo e à conservação da Natureza, enquanto os homens seriam naturalmente predispostos à competição e à destruição.

O Ecofeminismo Espiritualista afirma que o desenvolvimento da sociedade gera um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, tendo suas raízes nas concepções patriarcais de dominação e de centralização do poder. Tem a Natureza como algo sagrado, do qual o ser humano é parte integrante e as mulheres assumem uma maior proximidade com a Natureza, ao mesmo tempo que desejam a transferência de seus valores a todos os demais.

O Ecofeminismo Construtivista (ou Culturalista) defende que a relação das mulheres com a Natureza não está associada a características inerentes ao sexo feminino, mas, sim, originária pela sua posição no sistema sexo-gênero para seus papéis e construção de suas identidades. O interesse e a consciência ecológica das mulheres decorrem da sua interação com o meio ambiente, numa relação construída social e culturalmente, independente das características afetivas ou cognitivas próprias de seu sexo.

São pontos comuns entre todas as tendências do movimento Ecofeminista: a compreensão de que existe uma relação entre a opressão da Natureza e das mulheres; e a crítica ao sistema capitalista e aos dualismos hierárquicos patriarcais, nos quais as mulheres são tratadas como inferiores aos homens e a Natureza é tratada como inferior à cultura e aos seres humanos.

Talvez, uma das questões mais polêmicas entre as tendências desse movimento seja a relação de vínculo entre mulher e Natureza; se a mulher está, naturalmente, mais ligada à Natureza do que o homem, ou se essa ligação é construída socialmente a partir da sua posição no sistema sexo-gênero da sociedade patriarcal. “A exploração da natureza, em particular, tem marchado de mãos dadas com a das mulheres, que tem sido identificadas com a natureza através dos séculos (CAPRA, 2006, p. 27).

De acordo com Ivone Gebara (1997, p. 16), o fato de as mulheres serem mais afetadas com as crises ambientais nada tem a ver com a relação dessas com a Natureza, mas sim com a existência, em nível mundial, de políticas de poder exercida pelos homens sobre as mulheres, sobretudo com as atribuições sociais de cuidado com a família. A autora prefere trabalhar um Ecofeminismo que pense a dimensão religiosa da vida humana, sem sacralizar o mundo da Natureza nem o das mulheres, mas buscar caminhos alternativos de sobrevivência.

A esse respeito, Emma Siliprandi (2000, p. 69), considera problemática a visão que orienta algumas correntes do Ecofeminismo, baseada na ideia de que as mulheres, simplesmente, por terem nascido mulheres, já estão mais identificadas com a Natureza e seriam, por esta razão, depositárias de um ‘princípio feminino’ dado

por sua condição de mães, que as identificaria com a fertilidade e com a criação, tendo, assim, uma posição privilegiada em defesa do meio ambiente.

Nesse sentido, Naia Oliveira (2005) afirma que não encontramos aporte teórico para responder sobre uma ligação especial existente entre a mulher e a Natureza:

A associação das mulheres com a natureza pode ser encarada como um recurso de poder, um estímulo para a mobilização [...]É assumindo-se como cidadãs que poderão combater a dupla subordinação, não tanto na igualdade com a natureza, mas respondendo pelas suas próprias vidas e pela preservação do meio ambiente (OLIVEIRA, 2005, p. 104-105).

Entendimento semelhante tem Raquel Duarte (2015, p. 57), ao afirmar que mulheres estão culturalmente mais ligadas à Natureza, não como um fator natural, mas por uma imposição da cultura machista e patriarcal, a qual excluiu a mulher do mundo da produção, da Ciência e da Tecnologia.

Ainda, Rosemary Ruether verifica que a conexão entre a dominação das mulheres e a dominação da Natureza é geralmente estabelecida no nível cultural-simbólico:

A cultura patriarcal definiu as mulheres como seres “ mais próximos da natureza” ou como seres que, na cisão entre natureza e cultura, estão no lado da natureza. Isso se mostra na maneira como as mulheres foram identificadas com o corpo, a terra, o sexo, a carne em sua mortalidade, fraqueza e “propensão ao pecado” *vis-à-vis* uma interpretação da masculinidade que a identifica com o espírito, a mente e o poder soberano tanto sobre as mulheres quanto sobre a natureza (RUETHER, 1996, p. 130).

Portanto, para o Ecofeminismo, não existe hierarquia natural entre as pessoas, e entre pessoas e Natureza. Procura superar a visão dualista entre o homem e a mulher, entre o ser humano e a Natureza, através do estabelecimento de relações mais integradas entre os seres humanos e com toda a criação, além de propor uma reavaliação de valores e conceitos preestabelecidos.

Compreendemos a importância de ambos os argumentos diante da necessidade de empoderamento das mulheres com o propósito de construir uma sociedade mais justa e fraterna e um meio ambiente mais sustentável. Porém, defendemos a necessidade de todo o ser humano se identificar como Natureza, fazendo parte da mesma teia da vida, para que possamos caminhar para a sustentabilidade ambiental.

4 | ECOFEMINISMO: PELA DIGNIDADE DA MULHER E DA NATUREZA

O movimento Ecofeminista busca defender os direitos de todos os cidadãos ao meio ambiente sustentável, incentivando a participação das mulheres nas decisões políticas. De acordo com Ivone Gebara, o intuito do Ecofeminismo é a recuperação e a valorização da Natureza e das mulheres, num contexto onde “estas foram relegadas pelo sistema patriarcal e, particularmente, pela Modernidade, a serem força de reprodução de mão de obra, ‘ventres benditos’, enquanto a Natureza tornou-se objeto de dominação em vista do crescimento do capital” (GEBARA, 1997, p. 10).

Sobre a importância do cuidado compartilhado de toda a criação, Wanda Deifelt destaca que o Ecofeminismo,

afirma o cuidado como imperativo ético, apontando para uma proposta de poder compartilhado, o respeito pela integridade da criação [...] o lugar que os seres humanos assumem na criação não é de domínio irrestrito ou hierárquico, mas de profunda consciência da interrelacionalidade e interdependência entre as criaturas (DEIFELT, 2013, p. 120).

Assim, todos devem cultivar as características humanas da gentileza e do cuidado, trocando o sistema patriarcal capitalista de produção por “um modelo sustentável, que respeita os ciclos da Natureza e promove a comunhão do ser humano com o meio ambiente” (DUARTE, 2015, p. 66).

Sobre o Ecofeminismo e a situação de opressão e violência sofrida pelas mulheres e pela natureza, assim se expressa, Soave Buscemi (*apud* MORAIS):

O ecofeminismo quer colocar em evidência todos os vínculos da opressão e da violência, desde a opressão dentro da família, entre homens e mulheres, até a destruição do Planeta. [...] O ecofeminismo propõe uma nova cultura de relações recriadas que superem as relações dualistas, antropocêntricas e androcêntricas por relações de interdependência e mutualidade. Estas relações irão superar a cultura violenta da conquista por uma cultura não-violenta da integralidade (MORAIS, 2008, p. 23).

De acordo com Rosemary Ruether (1996, p. 133), o dualismo está enraizado na sociedade, falsificando a verdadeira identidade das mulheres e dos homens e da Natureza em sua integralidade e complexidade, como forma de justificar o tratamento dado tanto às mulheres quanto à Natureza como propriedade dos homens, os quais procuram exercer domínio sobre a mulher e sobre a Natureza.

Sobre o dualismo e o distanciamento dos seres humanos da Natureza, assim se expressa Rosemary Ruether:

Temos de examinar os padrões simbólicos, psicológicos e culturais pelos quais os seres humanos se distanciaram da Natureza, negaram sua realidade de seres que fazem parte da Natureza e pretenderam dominá-la a partir de fora. Temos de recuperar a experiência de comunhão na Natureza e reconstruir uma nova cultura baseada na afirmação de que somos uma única comunidade de vida interligada (RUETHER, 1996, p. 129).

Assim, faz-se necessário um relacionamento harmônico e respeitoso entre todas as formas de vida, superando o dualismo entre seres humanos e Natureza e entre homens e mulheres, para que possamos coexistir e evoluir a caminho de uma sociedade mais justa, onde reinem a paz e a harmonia.

Sobre a importância de romper com o dualismo para a construção de um mundo mais sustentável, assim se expressa Wanda Deifelt:

Toda formulação que não questiona a dualismo entre o mundo masculino e o feminino, público e privado, cultura e natureza, espírito e matéria, alma e corpo, sagrado e profano, razão e emoção, continua perpetuando valores hierárquicos. Sempre o primeiro é superior ao segundo, e quando se trabalha com valores de superioridade e inferioridade, não se pode resgatar a interdependência, afirmar a conexão mútua, ou celebrar a vida em sua complexa teia de relações (DEIFELT,

Assim, o dualismo leva o indivíduo a focar em uma parte, considerando-a superior, criando um antagonismo entre as partes, o que ofusca a complementaridade entre elas. Consideramos ser necessária a quebra do pensamento dualista, a partir de uma compreensão mais sistêmica da realidade, como forma de promover o desenvolvimento humano e o cuidado com a Natureza.

As mulheres sofrem mais que os homens com as consequências do desequilíbrio ambiental, pois, devido à organização social, elas ficam responsáveis pela maioria das atribuições da família. Essa realidade “ajuda a compreender porque as mulheres, mais que os homens, participam ativamente das reivindicações e dos movimentos ecológicos que lutam para liberar a Natureza da exploração e as mulheres da subalternidade” (GARCIA, 2009, p. 14).

Devemos considerar, ainda, que o envolvimento das mulheres na luta ecológica se deve, sobretudo, ao acesso destas “ao mundo público, onde ganharam experiência política, uma visão mais ampla e diversificada dos problemas humanos, confiança para criticar a cultura e propor mudanças” (GEBARA, 1997, p. 14).

Nesse sentido, para Ivone Gebara (1997, p. 16), “uma postura ecofeminista é político-crítica, relacionada com a luta antirracista, antissexista e antielitista”, pois são as mulheres negras ou indígenas, pobres, as primeiras a serem excluídas dos bens produzidos pela Natureza. Diante dessa realidade, as mulheres tornam-se as maiores vítimas da degradação ambiental; são elas que vivem mais fortemente no corpo as ameaças de morte que o desequilíbrio ecológico lhes impõe.

Considerando que os países capitalistas utilizam grande quantidade de recursos e energia dos países pobres, provocando a exploração dos recursos naturais e a degradação ambiental e, conseqüentemente, a destruição das condições de sobrevivência das mulheres e de suas famílias, nos países do Terceiro Mundo, “as mulheres rurais nesses países mantêm uma relação muito estreita com a Natureza, são usuárias e gestoras dos recursos naturais, produtoras de alimentos e bens” (GARCIA, 2009, p. 14).

De acordo com Rosemary Ruether (1996, p. 131 e 135), o cristianismo e a ideologia científica são acusados como as principais causas e agentes de imposição da dominação das mulheres e da Natureza. A autora afirma que, no contexto da América Latina e da África, o fundamento da dominação das mulheres e da Natureza é o empobrecimento da maioria do povo, particularmente das mulheres e das crianças, e o empobrecimento da terra.

Citando Haroldo Reimer, Wanda Deifelt (2013, p. 111) afirma que o Ecofeminismo considera que a crise ecológica atual envolve um colapso nas relações do ser humano com a Natureza, dos seres humanos entre si, da criação com seu Criador. Defende que para superar a atual crise ecológica é necessária a reinterpretação da Bíblia, a revisão da Teologia; é preciso haver novas propostas de espiritualidade e

de compromisso da humanidade com uma vivência real de valores que promovam o bem comum.

Assim, para avançarmos na mudança cultural patriarcal milenar de domínio sobre as mulheres, será necessário altruísmo, abertura ao diálogo, sobretudo, com os diferentes, com os discriminados por questões culturais, religiosas, de gêneros, dentre outras, considerando ainda a complexidade dos seres humanos em suas múltiplas relações com o divino, com a Natureza, com o próximo e consigo mesmo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os movimentos Ecofeministas e ambientalistas possuem agendas comuns, sendo de fundamental importância que trabalhem de forma conjunta no sentido de construir formas de viabilizar uma melhor convivência, em uma comunidade interligada e sem hierarquias, pois trata-se de questões sobre qualidade de vida, de mundo mais justo e saudável para todos, e a permanência da humanidade e demais seres vivos na Terra.

Avaliamos que a relação mais harmônica do ser humano com a Natureza não resulte, necessariamente, na superação da dominação das mulheres pelos homens. Mas, para avançar na mudança dessa cultura patriarcal, será necessário muito diálogo e a promoção de um ensino que valorize a diversidade. Um embate que sempre foi difícil, e atualmente, nos âmbitos local e global, constitui-se um desafio ainda maior.

Consideramos, ainda, que estamos distante de uma sociedade ecológica global, na qual as mulheres possuam os mesmos direitos e oportunidades que os homens, e, acima de tudo, uma sociedade em que os pobres da Terra não sejam explorados e discriminados nem a Natureza seja explorada e destruída. Essa realidade ainda é utópica, mas precisamos acreditar no futuro da criação, que avance e alcance o ideal de justiça, de paz e de harmonia.

Nesse sentido, os desafios em defesa do nosso Planeta são urgentes, de vida, sendo necessário o envolvimento de todos os movimentos sociais, todas as ONGs, uma relação recíproca de todos os seres humanos conscientes, pois temos fortes opositores, que ainda não compreendem que, ao destruírem a natureza, estão se autodestruindo, ou simplesmente, têm como único objetivo o lucro, não se preocupando com os que mais sofrem com as consequências do desequilíbrio dos ecossistemas.

Por fim, consideramos que o Ecofeminismo tem avançado de forma significativa na defesa das causas das mulheres e das questões ambientais, mas as ideias propostas e as ações ecofeministas precisam chegar com mais ênfase à população em geral, para que todos possam repensar as relações que se estabelecem na Natureza, com vistas à compreensão e à superação desse sistema de domínio e de destruição, em defesa das mulheres e da nossa Casa Comum.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Carolina Chizzolini. **Ecofeminismo e modernidade**: uma análise da espiritualidade ecológica do Grupo ConSpirando em Santiago do Chile. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2006.
- ASSIS, Ana Cristina. **Reconhecer- se além das fronteiras**: ecofeminismo e o pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado de Literatura e Cultura Comparadas) Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- CAPRA, F. **A teia da Vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.
- DEIFELT, Wanda. **Corporeidade como ponto de encontro entre a teologia feminista e o ecofeminismo**. Revista Caminhos - PUC Goiás. Goiânia, v. 11, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2013. Semestral. ISSN 1983-778X.
- DUARTE, Raquel Cristina Pereira. **O ecofeminismo e a luta pela igualdade de gênero**: uma análise à luz da teoria bidimensional de justiça. 2015, 106 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2015.
- GARCIA, Loreley. **A relação mulher e natureza**: laços e nós enredados na teia da vida. Revista *Gaia Scientia* (PRODEMA/UFPB). João Pessoa, v.3, p. 11 – 16, jan./jun. 2009. Semestral. ISSN 1981-1268.
- GEBARA, Ivone, **Teologia ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a Religião. Olho d'Água, São Paulo, 1997.
- MEDINA, Naná Mininni. Breve histórico da educação ambiental. In: PÁDUA, S.M.; TABANEZ, M.F. (Org.). **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. Brasília, DF: Ipê, 1997.
- MORAIS, Eveline Rachel Moreira de. **A Bíblia na educação ambiental – A contribuição dos textos ecocêntricos do Antigo Testamento**. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.
- OLIVEIRA, Naia. **Grupos Mulheres da Terra**: abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica. 2005. Disponível: <<http://cdn.fee.tche.br/mulher/2005/artigo7.pdf>>. Acesso em 05 de jan. de 2017.
- RUETHER, Rosemary Radford. **Ecofeminismo**: mulheres do primeiro e do terceiro mundo. 1996. Revista Estudos Teológicos - EST. São Leopoldo, v. 36, p.129-139, jul./dez. 1996. Semestral. ISSN 22376461.
- SILIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo**: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-70, jan./mar.2000. Trimestral.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO: Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos(IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

B

Brasil Imperial 104

C

Carismas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 64

Comunidade cristã 12, 31

Corpo 12, 13, 14, 16, 17, 18, 23, 32, 40, 41, 44, 45, 46, 63, 67, 94, 122, 128, 129

D

Defesa da dignidade 38, 39

Direitos Humanos 8, 9, 11, 60, 69, 70, 71, 77, 78, 79, 91, 97

Ditadura Militar 1, 2, 8, 10, 11

E

Eleitorado Evangélico 99, 103

F

Fundamentalismos 71, 80

H

Hegemonia 5, 91, 94

I

Igreja católica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 26, 32, 69, 84, 85, 104, 107, 110, 116, 118, 121, 122, 123, 124, 125

Intolerância 58, 77, 78, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98

L

Laicidades 71

M

Memória e História 60, 61

Mulheres 13, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 75, 76, 80, 85, 94, 113, 114, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126

N

Natureza 25, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 56, 60, 61, 63, 73, 84, 87, 119, 121, 122, 127

P

Pastorais sociais 60, 61, 62, 66, 68

Perseguição 7, 23, 75, 90

Política 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 34, 41, 46, 51, 65, 66, 73, 74, 75, 78, 79, 83, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 113, 114, 123

R

Reformador brasileiro 104, 108, 113

Religião 1, 3, 4, 21, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 103, 105, 107, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 123, 125, 126, 129

Religião afro brasileira 90

Religiosidade brasileira contemporânea 71

S

Sexualidade 1, 2, 76, 94, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 129, 130

Sociedade 2, 3, 4, 11, 34, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 56, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 95, 96, 97, 105, 106, 109, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 125, 129

Submissão 32, 53

T

Técnicas de si na Sexualidade 116

V

Violência 6, 7, 8, 43, 45, 58, 90, 92, 93, 95, 96, 97

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-685-0

